

Leilões de câmbio

IGNACIO M. RANGEL

6.12.87

Suponhamos que as finanças do Estado brasileiro foram reestruturadas, de tal forma que sobrassem uns quantos cruzados, depois de cobertas as despesas obrigatórias, em gíria fiscal conhecida como "matêr votêe". Sem esses cruzados "livres" não haverá como formular solução séria para o problema da dívida externa. Também não vou discutir o caminho para isso, tantas vezes já ventilado por mim, inclusive neste espaço que a Folha me tem oferecido: o Estado torna-se insolvente, basicamente em consequência do abuso do aval concedido a dívidas contraídas pelas empresas públicas concessionárias de serviços públicos. Conseqüentemente, a reversão do processo deve passar pela conversão desses serviços públicos concedidos a empresas públicas em serviços públicos concedidos a empresas privadas.

Suponho que não estejamos longe da solução deste problema. Nossa "esquerda" já cometeu sua habitual quota de asneira, o que levou à recente e confudente derrota do PMDB perante o "Centrão", na Assembléia Constituinte. Assim se estimam as utopias de reforma agrária (aquela que nós, os revolucionários dos anos trinta não pudemos fazer, numa época em que fazia sentido, embora fosse politicamente inviável e economicamente desnecessária), da estabilidade no emprego (sobrevivência da CLT contra a qual nós, os sobreditos revolucionários nos rebelamos) etc. Entre estes, vamos encontrar esse socialismo de "faz-de-conta", representado pela estatização dos serviços de utilidade pública.

Como há males que vêm para o bem —ou, como mais terminantemente dizem os franceses, "para alguma coisa serve a desgraça"— é possível que essas utopias, que conseguiram passar pela Comissão de Sistematização, encontrem agora o seu merecido caminho da cesta de lixo. A direita que comanda o notório "Centrão", não tem por que ter contemplações com estas ou outras utopias. Só é de esperar-se que, mais uma vez, nossa excelente direita, que soube levar o príncipe herdeiro da Coroa de Portugal a proclamar nossa Independência, cumpra mais uma vez o seu papel histórico. Na espécie, resolva o problema da insolvência do Tesouro Nacional.

Iste posto o dno Tesouro disporá de uns quantos cruzados —ou que outro nome queiramos dar ao novo avatar do respeitável mil-réa— e, com eles, depois de compracidas todas as cambiais de exportação, poderá obter uma parcela ponderável delas, isto é, deixar de vender essa parcela aos importadores. Somente assim será possível dialogar a sério com os credores externos, visto como teremos com que honrar nossos compromissos vencidos e vindendos. Sem isso, nada do que possamos tentar fazer — inclusive o último sonho de olhos abertos com "dinheiro novo", isto é a infelável "conversão"— poderá ser considerado sério.

De posse de uma parcela da receita cambial obtida pelas exportações —uma parcela que deve ser considerável, à vista do montante da dívida externa e do nível alcançado pela taxa de juros— ficaremos com o problema de saber que destino daremos às cambiais livres, isto é, aquelas que devem ser aplicadas à importação de bens e serviços, e não à cobertura do serviço da dívida.

Não é a primeira vez que nos defrontamos com tal problema. Foi assim que pusemos em marcha o processo de industrialização, liberando divisas para a importação de itens considerados essenciais — segundo critérios que variaram com o tempo— e senegando-os quando se tratasse da importação de itens considerados não-essenciais, segundo os mesmos e variáveis critérios. O refinamento deste processo de controle das importações talvez se encontre no estabelecimento dos leilões de câmbio, criados na esteira da Instrução nº 70 da extinta Sunoc. Suportamente isso deveria conduzir à infelável "pausa para respirar" e, em vez disso, levou ao galope dos "cinquenta anos em cinco", do Programa de Metas de JK.

Nos ciclos passados, o problema consistia em saber que importar ou não importar. Eram maneiras mais ou menos eficazes de suscitar e orientar o esforço de substituição de importações, identificado com o processo de industrialização. Outro é nosso presente problema. A economia já foi muito longe no caminho da autarcização, de modo que o prosseguimento da industrialização terá que conciliar-se com uma subsequente abertura da economia nacional.

85/1/87

Não mais se trata de saber que importar ou não importar, mas de saber de que áreas do mercado mundial —que dista muito de ser uno— devemos importar, e de que áreas não importar ou importar menos. E não se trata de preferências mais ou menos caprichosas. Para começar, temos países ou áreas credoras, cujas divisas deverão ser parcialmente reservadas para o serviço da dívida, e países que, ou não são nossos credores ou, no caso limite, são nossos devedores.

Propunho que deixemos que o mercado faça suas opções, isto é, que reinstituamos o leilão de câmbio, com a diferença de que, em vez de implantarmos "categorias" segundo o critério dos bens ou serviços a importar, deixemos essa escolha por conta do importador e demos outro conteúdo às "categorias", a saber: a origem das cambiais postas em basta pública.

Assim, as divisas norte-americanas não reservadas para o serviço da dívida para com esse país serão leiloadas e, como somos fortes devedores nesta área, dependendo da solvabilidade de nosso Tesouro Nacional (em moeda nacional), é provável que essas divisas, sendo racionadas, encareçam. Assim para cada caso, de modo que, como na experiência da Instrução 70, teremos vários tipos diferenciais de câmbio.

Toda uma série de questões permanece em suspenso, inclusive a de saber que política de exportações devemos adotar, porque é aí que se definirá, para o Estado, o custo de cada unidade de divisa. A experiência da Instrução 70 será de muita valia, também nesse particular.

Voltaremos a este assunto, quando ele houver amadurecido um pouco mais. Por enquanto trata-se de mera hipótese, condicionada ao encaminhamento do problema de saber se o Tesouro, sim ou não, pode tornar-se solvente em moeda nacional.

A reforma fiscal que o governo está ensaiando é apenas a primeira abordagem deste problema.

IGNACIO M. RANGEL 74, economista e membro do Conselho Federal de Economia, foi presidente do Conselho Regional de Economia (RJ).